

**Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. – em
recuperação judicial**

Demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2020


Índice

1. INFORMAÇÕES GERAIS	8
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
3. IMOBILIZADO	14
4. FORNECEDORES.....	14
5. CONTAS A PAGAR – CCEE.....	15
6. PARTES RELACIONADAS.....	15
7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15
8. DESPESAS	16
9. RESULTADO FINANCEIRO.....	16
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16
11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO	16
12. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	18
13. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	18

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	Fornecedores	4	7.801	5.221
			Tributos a recolher		10	-
NÃO CIRCULANTE			Contas a pagar - CCEE	5	6.907	7.179
Outros créditos	-	91	Total do passivo circulante		<u>14.718</u>	<u>12.400</u>
			NÃO CIRCULANTE			
			Contas a pagar - CCEE	5	8.946	1.978
			Partes relacionadas	6	1.876	993
			Total do passivo não circulante		<u>10.822</u>	<u>2.971</u>
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO			
			Capital social	7	1.409	1.409
			Prejuízos acumulados		<u>(26.941)</u>	<u>(16.689)</u>
			Total do patrimônio líquido negativo		<u>(25.532)</u>	<u>(15.280)</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>8</u>	<u>91</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		<u>8</u>	<u>91</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(10)	(33)
Outras despesas		<u>(8.141)</u>	<u>(10.207)</u>
Total	8	(8.151)	(10.240)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(8.151)</u>	<u>(10.240)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		2	-
Despesas financeiras	9	<u>(2.103)</u>	<u>(594)</u>
Total		(2.101)	(594)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(10.252)</u>	<u>(10.834)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(10.252)	(10.834)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(10.252)</u>	<u>(10.834)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido negativo</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		773	(5.855)	(5.082)
Aumento de capital		1.038	-	1.038
Redução de capital		(402)	-	(402)
Prejuízo do exercício		-	(10.834)	(10.834)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>1.409</u>	<u>(16.689)</u>	<u>(15.280)</u>
Prejuízo do exercício		-	(10.252)	(10.252)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	7	<u>1.409</u>	<u>(26.941)</u>	<u>(25.532)</u>

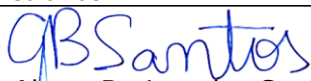
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(10.252)	(10.834)
Ajustes para reconciliar prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Multa sobre ressarcimento	5.1	7.066	7.687
Juros sobre fornecedores e impostos		2.102	594
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Pagamentos antecipados		-	13
Outros créditos		91	(91)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		503	2.444
Tributos a recolher		10	(12)
Pagamento contas a pagar - CCEE	5.1, 8	(395)	(1.464)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(875)</u>	<u>(1.663)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital		-	667
Partes relacionadas		883	993
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>883</u>	<u>1.660</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>8</u></u>	<u><u>(3)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	3
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		8	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>8</u></u>	<u><u>(3)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.


 Gina Abreu Batista dos Santos
 Contadora CRC 027321-O-BA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. – em recuperação judicial (“Companhia”) é uma sociedade empresária limitada controlada diretamente pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), e que faz parte do Complexo Eólico Alto Sertão III (“AS III”), do Grupo Renova, que representa as empresas sob controle direto ou indireto da Renova Energia. A Companhia foi constituída em 25 de julho de 2013 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente os parques eólicos “Mulungu, Quina e Pau Santo”, localizados no Estado da Bahia e atualmente encontra-se com as obras de construção de seu ativo paralisadas.

Em regime de autorização, terá toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva – 2014 (“LER 2014”). Segundo Portarias nº 241, 242 e 285 da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), o período de autorização da Companhia é de 35 anos, a partir de 1 de junho de 2015 para os parques Mulungu e Quina, e a partir de 25 de junho de 2015 para o parque Pau Santo.

1.1 Das autorizações e comercialização de energia

Em 20 de julho de 2015, a Companhia assinou contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, contados desde 1º de outubro de 2017.

Parque eólico	Valores				Prazo			
	Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh	Preço atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Mulungu	158.288	56.940	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro
Quina	224.038	80.592	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro
Pau Santo	126.630	45.552	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro

Com o objetivo de reduzir a necessidade de investimentos no médio prazo bem como mitigar os riscos financeiros e regulatórios decorrentes do atraso na entrega dos parques eólicos, e ainda otimizar o portfólio de contratos, a Renova Energia definiu um plano que inclui priorizar a operação comercial de sua controlada que comercializou energia no Leilão de Energia de Reserva de 2014 (“LER 2014”).

Assim, a controladora Renova Energia solicitou a transferência da autorização e consequentemente, dos contratos de fornecimento dos parques eólicos Mulungu, Pau Santo e Quina, que comercializaram energia no LER 2014, da Companhia para as partes relacionadas Centrais Elétricas Itaparica S.A. – em recuperação judicial e Centrais Eólicas Unha D’anta a Companhia S.A. – em recuperação judicial.

O processo de transferência dessas outorgas está em tramitação nos órgãos competentes.

1.2 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Inicialmente, a controladora Renova Energia apresentou um único plano consolidando todas as empresas recuperandas. No decorrer das negociações esse plano foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, e um segundo plano contemplando a Controladora e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, que inclui a Companhia, com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

Em 18 de dezembro de 2020 o Grupo Renova protocolou novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Para a recuperação da saúde financeira do Grupo Renova, os planos preveem:

- a) a captação do empréstimo ponte na modalidade *Debtor in Possession* (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A. Ação iniciada em 17 de dezembro de 2020 com a formalização da contratação do DIP pela parte relacionada Chipley SP Participações S.A. – em recuperação judicial (“Chipley”) e coobrigações da controladora Renova Energia e da parte relacionada Renova Participações S.A. - em Recuperação Judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda (“Quadra Capital”), no valor de R\$ 350.000, cujo recurso foi recebido em 05 de março de 2021 (nota 13.1);
- b) alienação de ativos para adequar a estrutura de capital do Grupo Renova. Os planos preveem a alienação de a) 51% das ações representativas do capital social da Brasil PCH detidas pela parte relacionada Chipley (“UPI Brasil PCH”), b) 100% das ações representativas do capital social da parte relacionada SF 120 Participações Societárias S.A. (“UPI Mina de Ouro”), c) 100% das ações representativas do capital social da parte relacionada Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“UPI Enerbras”), d) UPI AS III Fase B que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase B (nota 13.2) e e) outros projetos em desenvolvimento;
- c) negociação dos passivos para alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos; e
- d) conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A, gerando empregos, energia e assegurando a continuidade da Companhia.

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados nas classes III e IV conforme apresentado a seguir:

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

Classes	Saldo aprovado no plano de recuperação judicial	Juros	Saldo em 31/12/2020
Classe III - credores quirografários	5.858	25	5.883

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros.
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

1.3 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$10.252 (2019, R\$10.834), possui prejuízos acumulados de R\$26.941 (2019, R\$16.689), passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$14.710 (2019, R\$12.400) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$25.532 (2019, R\$15.280).

Este cenário reflete os efeitos do plano de recuperação judicial, que permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo da Companhia, com a repactuação das taxas de juros e alongando os prazos para quitação da dívida. Ainda em linha com plano i) em 05 de março de 2021 o Grupo Renova recebeu o montante de R\$362.465 referente ao empréstimo DIP assinado em 17 de dezembro de 2020 (Nota 13.1), ii) com recursos em caixa, o Grupo Renova deu andamento a contratação dos fornecedores para retomada da obra dos parques do Alto Sertão III, iii) em 06 de abril de 2021, a Companhia concluiu a venda das ações da UPI Fase B, no montante de R\$ 50.730, reforçando o caixa do Grupo para cumprimento do plano, (Nota 13.2), iv) foram contratados assessores para conduzir o processo de vendas dos ativos mencionados na Nota 1.2 junto a potenciais interessados, e v) redução do passivo do Grupo Renova mediante a capitalização de créditos com terceiros, no montante de R\$332.416 (Nota 16.4).

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira do Grupo Renova, bem como preparar uma base sólida para os

próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.4 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

No início da pandemia houve impacto negativo em diversos setores da economia global, e consequentemente, a demanda por energia. Porém no último trimestre de 2020 houve uma retomada da economia e do consumo da energia. Em dezembro 2020, o Brasil registrou um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2019.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia, em conjunto com a sua controladora, não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na alienação de ativos e conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora, implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 30 de março de 2021.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica nessa categoria o caixa e equivalentes de caixa.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 4); e
- Contas a pagar - CCEE (nota 5); e
- Transações com partes relacionadas (nota 6).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante

a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

a) Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020:

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia avaliou seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos em suas demonstrações contábeis.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão listadas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Classificação do Passivo em Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1).

3. IMOBILIZADO

	Saldo em 31/12/2018	Cisão	Saldo em 31/12/2019 e 31/12/2020
Imobilizado em curso			
Terrenos	1	(1)	-
A ratear	446	(446)	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(45)	45	-
Total do imobilizado	<u>402</u>	<u>(402)</u>	<u>-</u>

Em 15 de maio de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária, a controladora Renova Energia aprovou a cisão parcial e posterior redução do capital da Companhia no montante de R\$402, mediante a entrega dos investimentos registrados no ativo imobilizado relacionados aos parques Mulungu, Quina e Pau Santo. No âmbito da reorganização societária e operacional da Companhia, objetivando priorizar a operação comercial de determinados empreendimentos do Grupo Renova.

4. FORNECEDORES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores	7.800	5.221
Fornecedores recuperação judicial	1	-
	<u>7.801</u>	<u>5.221</u>

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2, totaliza R\$1 – Classe III.

5. CONTAS A PAGAR – CCEE

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CCEE	15.853	9.157
Apresentado como:		
Circulante	6.907	7.179
Não circulante	<u>8.946</u>	<u>1.978</u>
Total	<u><u>15.853</u></u>	<u><u>9.157</u></u>

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$5.882 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.2.

O contrato de Energia de Reserva celebrado entre a Companhia e a CCEE estabelece que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

Os valores provisionados decorrem do reconhecimento da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia em função da não conclusão do parque eólico. Os valores são determinados com base nos termos do CCEAR assinado entre as partes.

5.1 Movimentação:

<u>Saldo em</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Multa sobre</u> <u>ressarcimento</u>	<u>Amortização</u>	<u>Atualização sobre</u> <u>Ressarcimento</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>
<u>9.157</u>	<u>7.066</u>	<u>(395)</u>	<u>25</u>	<u>15.853</u>

<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>	<u>Multa sobre</u> <u>ressarcimento</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2019</u>
<u>2.934</u>	<u>7.687</u>	<u>(1.464)</u>	<u>9.157</u>

6. PARTES RELACIONADAS

	<u>Passivo</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u> Renova Energia	1.876	993

Adiantamento para futuro aumento de capital – refere-se ao recurso aportado pela controladora Renova Energia na Companhia, cuja capitalização ocorreu em 22 de março de 2021.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$1.409 e está dividido em 1.408.975 quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

8. DESPESAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Seguros	-	20
Impostos e taxas	10	11
Outras	-	<u>2</u>
Total	<u>10</u>	<u>33</u>
 <u>Outras despesas</u>		
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão	1.075	2.517
Multa sobre ressarcimento (nota 5.1)	7.066	7.687
Outras despesas	-	<u>3</u>
	<u>8.141</u>	<u>10.207</u>
 Total	<u><u>8.151</u></u>	<u><u>10.240</u></u>

9. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas financeiras		
Atualização monetária	2	-
Despesas financeiras		
Juros sobre fornecedores e impostos	(2.102)	(594)
Despesas bancárias	(1)	-
Total das despesas financeiras	<u>(2.103)</u>	<u>(594)</u>
Total do resultado financeiro	<u><u>(2.101)</u></u>	<u><u>(594)</u></u>

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo fiscal do exercício	(8.150)	-
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	<u>(5.590)</u>	<u>(5.590)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u><u>(13.740)</u></u>	<u><u>(5.590)</u></u>

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	8	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	7.801	5.221	7.801	5.221
Não circulante				
Partes relacionadas	1.876	993	1.876	993

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020		31/12/2019
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	-
Passivos Financeiros			
Circulante			
Fornecedores	-	7.801	5.221
Não circulante			
Partes Relacionadas	-	1.876	993

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Em 18 de dezembro de 2020 o plano de recuperação judicial da Companhia foi aprovado, permitindo alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na nota explicativa 1.2. Assim a Administração entende que, com o sucesso do

plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida nota explicativa, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

12. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2020 e 2019, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>
Redução de capital com entrega do ativo imobilizado	3	(402)
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital		371

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

13.1 Recebimento do DIP

Conforme Fato Relevante divulgado pela controladora Renova Energia, em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante de R\$ 362.465 proveniente do empréstimo DIP (Nota 1.2). O recebimento desse recurso permitirá a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

13.2 Leilão UPI Fase B

Conforme Fato Relevante, em 05 de abril de 2021 a controladora Renova Energia concluiu a venda da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e nos Planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova, sujeita a implementação das condições suspensivas usuais de mercado. A operação transferiu à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, os ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B pelo valor de R\$ 50.730, após ajustes pré-fechamentos que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. As partes continuarão, durante os próximos 150 dias, a perseguir a transferência dos direitos remanescentes que podem incrementar a capacidade instalada dos ativos e consequentemente maximizar o valor da operação.

13.3 Pagamento de credores

Em 14 de abril de 2021, a Companhia realizou os pagamentos iniciais aos credores da Classe III, de acordo com seu Plano de Recuperação Judicial aprovado no dia 18 de dezembro de 2020, perante o juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, sob o número 1103257- 54.2019.8.26.0100.

13.4 Cessão de crédito - Aumento de capital da controladora Renova Energia

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 01 de março de 2021, no valor de R\$334.397, representado por 58.422.742 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 19.502.468 ações ordinárias e 38.920.274 ações preferenciais.

Todos os créditos dos credores que se manifestaram durante a "1ª Janela do Pedido de Conversão", que inclui credores da Companhia, foram capitalizados no aumento de capital, conforme solicitado pelos credores. Em razão da capitalização desses créditos, a dívida

concural do Grupo Renova foi reduzida em 12,6%, dando prosseguimento à consecução dos meios da recuperação judicial da Companhia.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA
